

TERRITÓRIO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO TERRITÓRIO CIDADANIA DA ZONA SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LUCAS, Leon M. Borges de¹; LUZZARDI, Roberta²; HERRMANN, Felipe³

¹Universidade Federal de Pelotas – mclouis.leon@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – rluzzardi@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - feldimann@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O estudo sobre políticas públicas têm apresentado um crescimento nas últimas décadas, salienta Camila Rech (2010). Um dos pontos importantes nesse contexto é buscar compreender como se caracteriza o papel destas políticas públicas no que diz respeito ao desenvolvimento social e econômico. Sendo que elas não surgem por acaso, salienta Duncan (2010), pois elas são resultados de complexos processos referentes às disputas pela hegemonia na definição das regras e prioridades quanto ao acesso aos recursos públicos do Estado. Ademais, outros pontos que devem ser levados em consideração, segundo Duncan (2010), é que os países em desenvolvimento tem tido, sobretudo a partir de 1990, a busca em colocar as contas públicas em dia, assim sendo procuram controlar os gastos, focando nas políticas voltadas ao desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, o presente trabalho visa analisar a evolução das políticas de desenvolvimento territorial brasileira, com foco no que diz respeito ao Programa Territórios da Cidadania, “criado em 2003 e gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)” (RECH, 2010, p.1).

Sendo que este programa foi criado pelo MDA, visando a promoção do desenvolvimento regional, com a articulação dos agentes locais, sejam estes públicos ou privados (DECKERT, ALLEBRANDT, 2013). Ainda segundo Decker e Allebrandt (2013) é importante salientar, para que a política ocorra com eficiência é necessário que haja engajamento político, por meio de parcerias, visando cumprir a meta de minimizar as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento local, visando a garantia de bem estar social, assim como realizar a inserção do debate sobre o desenvolvimento territorial nas perspectivas de desenvolvimento nacional.

O território da cidadania da Zona Sul do Estado/RS, conforme Camila Rech (2010, p. 11) “a partir da oferta de políticas públicas que estimularam a formulação descentralizada de projetos que valorizam os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento”, em especial da agricultura familiar, por meio do apoio a projetos que objetivem o desenvolvimento social e econômico de pequenos agricultores, assentados da reforma agrária, quilombolas e pescadores artesanais.

No ano de 2014, através da parceria realizada entre a o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), realizaram chamada pública para as universidades públicas estruturarem os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), com foco na extensão/pesquisa por meio de assessores de gestão produtiva, gestão social e profissional para gestão de mulheres no

colegiado territorial, visando questões específicas que dizem respeito à problemática de desenvolvimento territorial, produtivo e de gênero. Outro aspecto que os Nedet's trazem consigo é o fomento a pesquisa e a propagação científica, um avanço no que diz respeito às questões que envolvem o desenvolvimento territorial.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução das políticas de desenvolvimento territorial brasileira, com foco no território da cidadania da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Já os objetivos específicos são: a) compreender como se caracterizou as políticas territoriais brasileiras, com foco no Programa Territórios da Cidadania; b) Investigar como ocorreu o desenvolvimento do território da cidadania da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, c) caracterizar a importância dos Núcleos de Desenvolvimento Territorial no processo de diminuição de desigualdades socioeconômicas, assim como no desenvolvimento científico sobre o tema em questão.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada na presente pesquisa se dá a partir do uso do protocolo qualitativo de investigação. Utilizando como técnica de pesquisa a análise bibliográfica, num primeiro momento, visando a compreensão como se deu as questões relacionadas ao desenvolvimento territorial no Brasil. Sendo que em um segundo momento buscou-se investigar como se deu o desenvolvimento do Território da Cidadania da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, que compreende 25 municípios; para isto utilizou-se a técnica pesquisa-ação, quando se fez participações nas reuniões do Fórum da Agricultura Familiar na Estação Experimental Cascata-EMBRAPA, em Pelotas, visando o acompanhamento das deliberações do Fórum.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção científica sobre a problemática territorial no âmbito internacional têm quase quarenta anos, com a produção de Arnaldo Bagnasco sobre a problemática territorial no desenvolvimento italiano, publicada em 1977 (FAVARETO, 2010), sendo esta considerada a vanguarda das produções sobre desenvolvimento territorial no âmbito internacional. A partir dos aspectos internacionais, como por exemplo, o crescimento populacional se estagnar no âmbito urbano na década de 1970 que produziu uma aproximação entre o contexto rural e urbano que, “possibilitou-se assim a aproximação das condições de vida em ambos os espaços, contribuindo tanto para a vitalidade econômica do meio rural como para regular o impulso ao êxodo, tão forte até então” (FAVARETO, 2010, p. 17). Assim como pela mudança nos tipos de atividades realizadas no âmbito rural apresentarem uma maior heterogeneidade em suas formas de produção, estabelecendo assim uma nova conjuntura frente ao urbano.

A primazia marcante das atividades primárias – agricultura, pecuária, mineração, silvicultura – dá espaço a uma maior diversificação, com uma crescente heterogeneização das economias rurais, em que se destaca o crescimento cada vez maior do setor de serviços. Com isso, mudam as vantagens comparativas do rural nas possibilidades de captação das rendas urbanas. A localização, fertilidade, e o preço da terra passam a dividir importância com a acessibilidade, a paisagem. (FAVARETO, 2010, p. 18)

Sendo que estes fatores foram um dos que tiveram influência na mobilização e produção acerca do desenvolvimento territorial brasileiro. No

entanto a pressão popular, por meio da mobilização social, na conjuntura de abertura política, pode ser considerada como um fator de importante influência no desenvolvimento das políticas territoriais nacionais.

[...] não foi somente a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro e a disseminação das propostas teóricas e ideológicas associadas às posturas liberais e ao contexto de globalização que passou a marcar presença nas discussões das políticas de desenvolvimento em todo mundo. No caso brasileiro, simultaneamente com esses processos, ocorre a abertura política pós-ditadura militar que esteve associada à intensa mobilização social, na cidade e no campo, no sentido de abertura dos centros de decisão e de participação da população na escolha dos seus dirigentes nos diferentes postos federais, estaduais e municipais. (GUIMARÃES, 2010, p. 71-72).

A partir da nova abordagem territorial brasileira que teve influência de fatores externos a partir da globalização, que começou a valorizar com maior força o desenvolvimento rural, por meio do Estado, buscando a promoção de bem estar social, com o engajamento social, buscando o desenvolvimento a partir das potencialidades locais, com a mobilização e parceria de atores públicos, privados e sociedade civil. (GUIMARÃES, 2010).

O desenvolvimento institucional na área territorial se deu com a criação do Programa Territórios da Cidadania, em 2003, que é gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (GUIMARÃES, 2010).

Por fim visando a ampliação do envolvimento do mundo acadêmico, bem como ao desenvolvimento qualitativo do programa, pois “tais instituições poderiam dar seu apoio à formulação de projetos e realizar investimentos na qualificação dos agentes locais” (AUTOR, 2010, p. 215). Portanto, a partir deste pressuposto teórico se desenvolveu a parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), juntamente com a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM-PR), em um acordo interinstitucional, visando a promoção da pesquisa, a extensão e a mobilização e valorização das mulheres nos territórios da cidadania.

4. CONCLUSÕES

Por fim, podemos concluir que o desenvolvimento da cidadania se dá por meio da diminuição das desigualdades sociais, da promoção do bem estar social, assim como pela valorização das comunidades locais e com a busca do desenvolvimento econômico das comunidades agrárias. A partir deste prisma os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial tem como função realizar as atividades relativas à pesquisa e extensão nos territórios da cidadania, aprimorando o trabalho local, com a capacitação dos agentes locais, assim como com o acompanhamento das atividades realizadas no território local, como forma de consolidação dos colegiados de desenvolvimento territorial, através do apoio das instituições de ensino federal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. In: FAVARETO, A. **Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: Avanços e desafios**, v.12 Brasília: IICA, 2010. Cap. 5, p. 197-2017.

DECKERT, C.T.; ALLEBRANDT, S.L. A efetividade da cidadania do programa territórios da cidadania: um estudo de caso no noroeste colonial do rio grande do sul. **AOS** (Amazônia, Organizações e Sustentabilidade), v.2, n. 2, ago/dez. 2013.

DUNCAN, Marcelo. A Construção de uma política de desenvolvimento: Territórios rurais no Brasil. **Habitus**. Goania. V.8 p.187-223.2010

FAVARETO, A. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre desenvolvimento territorial. In: FAVARETO, A. **Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: Avanços e desafios**, v.12 Brasília: IICA, 2010. Cap. 1, p. 15-41.

GEHLEN, I. Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. In: RIELLA, A. (org.). **Glabolización, desarrollo y territorios menos favorecidos**. Montevideu: Universidad de La República, 2006, p. 265-283.

GUIMARÃES, L. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: FAVARETO, A. **Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: Avanços e desafios**, v.12 Brasília: IICA, 2010. Cap. 2, p. 47-88.

RECH, C. M.; PASE, H. L. O território da Zona Sul do Estado/RS. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE**, 1., Natal, 2010. Anais I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.